

Artigo / Article

Transitividade e nominalização: um estudo sistêmico-funcional em redação do Enem

Transitivity and nominalization: a systemic-functional study of the Enem writing exam

Ana Catarina Gomes Farias Santiago 

Universidade de Pernambuco, Brasil
anacatarina.santiago@upe.br
<https://orcid.org/0009-0000-2434-7218>

Maria do Rosário Albuquerque Barbosa 

Universidade de Pernambuco, Brasil
rosario.silvabarbosa@upe.br
<https://orcid.org/0000-0003-2285-4288>

José Maria de Aguiar Sarinho Júnior 

Universidade de Pernambuco, Brasil
josemaria.sarinhojunior@upe.br
<https://orcid.org/0000-0003-1398-8444>

Recebido em: 11/01/2024 | Aprovado em: 30/05/2024

Resumo

Estudar um texto à luz da Linguística Sistêmico-Funcional é analisá-lo juntamente com seu aspecto contextual/pragmático, levando em consideração as funções da linguagem e suas respectivas intenções comunicativas. Sendo assim, a Metáfora Gramatical e, especificamente, a metafunção ideacional, corrobora a defesa do posicionamento crítico em meio à sociedade. Tendo em vista que a produção escrita é uma forma de participação social, o objetivo deste artigo foi verificar os diálogos existentes entre o sistema de transitividade e a nominalização em textos dissertativo-argumentativos, como uma estratégia de persuasão e de impessoalidade do dizer. A pesquisa fundamentou-se em autores como Halliday e Matthiessen (2014), Sardinha (2007), Gouveia (2009) e Valério (2012). Foi examinado um *corpus* de quatro redações nota mil no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os resultados esperados são os de que a Metáfora Gramatical se mostra como um excelente artifício para produções argumentativas.

Palavras-chave: Metáfora Gramatical • Metafunção ideacional • Texto dissertativo-argumentativo

Abstract

To study a text in the light of Systemic-Functional Linguistics means to analyze it alongside its contextual/pragmatic aspects, taking into account the functions of language and their respective communicative intentions. Therefore, the Grammatical Metaphor and, specifically, the ideational metafunction, corroborate the defense of critical positioning in society. Bearing in mind that written production is a form of social participation, the objective of this article was to verify the existing dialogues between the transitivity system and nominalization in dissertative-argumentative texts, as a strategy of persuasion and impersonalization. The research was based on authors such as Halliday and Matthiessen (2014), Sardinha (2007), Gouveia (2009) and Valério (2012). A corpus of four top-scoring essays in the format of the National High School Exam (Enem) was examined. The expected results are that the Grammatical Metaphor proves to be an excellent device for argumentative productions.

Keywords: Grammatical metaphor • Ideational metafunction • Dissertative-argumentative text

Introdução

É inegável que a língua é uma ferramenta crucial e a base para o estabelecimento de múltiplas relações para o desenvolvimento e propagação de uma cultura. Nos diversos setores e instituições sociais, são estabelecidas trocas comunicativas que requisitam domínios linguísticos preexistentes, como o conhecimento dos variados gêneros textuais e formas de registro.

Para tal, o indivíduo detém um aparato fisiológico e neurológico capaz de desenvolver a língua presente em sua cultura e de reconhecer e produzir estruturas frasais. O desenrolar da fala é uma habilidade iniciada ainda nos primeiros anos de vida, como a elaboração de períodos simples que, mesmo sem uma definição precisa do termo para a criança, é um elemento internalizado. Por outro lado, conforme suas interações se tornam mais complexas, torna-se necessário um saber cognitivo acerca do que é texto e dos critérios de textualidade, a fim de realizar com maestria os seus papéis sociais.

Nos campos escolares, por exemplo, seja pela perspectiva do oral ou pela concepção da escrita, são cobradas algumas competências do estudante. Isso porque, no ensino da Língua Portuguesa, a prática educativa é fomentada nos documentos oficiais, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais fundamentam os currículos.

Sobre isso, encontra-se nos PCNs visões de linguagem como: “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se

LINHA D'ÁGUA

realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 1998, p. 20). Tal perspectiva relaciona-se à visão defendida pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), teoria desenvolvida por Michael Halliday nas décadas de 50/60, o qual define a língua como um sistema sociossemiótico, capaz de estabelecer significados em circunstâncias específicas.

De acordo com a LSF, o falante utiliza a linguagem como um potencial de significados em suas distintas interações no dia a dia. Isso ocorre porque pode fazer escolhas linguísticas (léxico-gramaticais) a partir do contexto no qual está inserido, com base no destinatário da mensagem, no tipo de relação estabelecida entre os interlocutores, bem como na presença de elementos extralinguísticos (sons, gestos e expressões faciais), o que diz respeito ao contexto de situação, que se caracteriza como “o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 27).

Para tanto, tem-se na escola a incumbência de garantir uma educação e formação linguística possuidora de artifícios de adequação do dizer. É preciso dominar não só noções gramaticais formais, descontextualizadas. É indispensável compreender como deve haver conformidade no que é dito para que se obtenha pensamentos conectados e coerentes.

Nesse cenário, espera-se que haja o exercício de ferramentas de leitura, compreensão e produção textual, principalmente nos últimos anos da Educação Básica, pois subentende-se que exista uma maturidade mental e linguística. Ao fim de toda a etapa escolar, infere-se que os jovens tenham desenvolvido não só um pensamento crítico, como também uma competência discursiva bem formulada e composta por argumentos que validem o seu dizer/fazer.

Por outro lado, ao observar os índices resultantes de provas externas ou ao discutir acerca dos resultados de vestibulares e, mais precisamente, do Exame Nacional do Ensino Médio, nota-se a dificuldade de uma grande maioria de jovens e/ou adultos na interpretação de temáticas e em sua posterior produção textual, um reflexo da falta de associação fonema/grafema, da constante transposição do oral para o escrito, de questões ortográficas, da ausência de conhecimento sobre sinonímia, antonímia, de elos coesivos e do potencial argumentativo, como apontado por Zorzi (1998).

Nesse contexto, convém estabelecer uma referência com a metáfora gramatical (Halliday; Matthiessen, 2014), que consiste no uso de um sintagma nominal em detrimento de uma construção verbal, o que indica escolhas profícuas entre os níveis léxico-gramatical e semântico-discursivo. Dessa forma, consideramos esse processo como uma elaboração refinada, presente em textos dissertativo-argumentativos, sobretudo porque tais construções demonstram uma excelência de ordem linguístico-discursiva realizada pelo escritor.

Desse modo, este artigo propõe-se a identificar, descrever e analisar o papel da Metáfora Gramatical, a partir da metafunção ideacional, na expressão do posicionamento crítico-argumentativo do indivíduo frente a temáticas sociais. Para tanto, o *corpus* deste estudo é composto por quatro redações nota mil, oriundas do Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM). Os dados são analisados utilizando o sistema de Transitividade, à luz da Teoria Sistêmico-Funcional de Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2014). Além disso, também recorreremos aos estudos realizados por Sardinha (2007), Gouveia (2009) e Valério (2012).

Nesse contexto, torna-se urgente estabelecer uma discussão voltada ao ensino de Língua Portuguesa no tocante à importância da compreensão e do uso profícuo pelos alunos da Escola Básica da nominalização, sobretudo em redações do ENEM. Partindo disso, esse estudo lança mão da seguinte questão: como a utilização da nominalização, vista a partir da metáfora gramatical, pode contribuir para o aprimoramento dessa escrita?

Com base nesse questionamento, este trabalho busca verificar os diálogos existentes entre o sistema de transitividade e a nominalização em textos dissertativo-argumentativos, como uma estratégia de persuasão e de impessoalidade do dizer. Como objetivos específicos, buscamos (i) analisar como a nominalização pode possibilitar uma superação das dificuldades encontradas no processo de escrita; além disso, visamos (ii) fomentar discussões acerca da nominalização como recurso argumentativo em prol da construção de um texto mais autoral por parte dos alunos da Educação Básica.

Em vista disso, este estudo aparece organizado em seis partes. Além da introdução, tem-se um aporte teórico dividido em cinco tópicos, a saber: inicialmente, serão discutidos os conceitos de texto e contexto à luz da Linguística Sistêmico-Funcional; em um segundo momento, serão descritos os processos de construção do texto dissertativo-argumentativo; em terceiro, serão abordadas as metafunções da linguagem; em quarto, será apresentado o Sistema de Transitividade Verbal e, como quinto elemento, a perspectiva ideacional da linguagem e sua contribuição na defesa do posicionamento. Ademais, haverá a explanação da metodologia, seguida da análise e discussão de dados. Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

1. Concepções de linguagem, contexto e gênero de texto

1.1 Texto e contexto: uma visão à luz da Linguística Sistêmico-Funcional

Ao longo do tempo, os estudos linguísticos tornaram-se ponto de discussão para grandes estudiosos, que se preocuparam em compreender o funcionamento da língua e sua materialização, partindo da análise da estrutura/forma, com Ferdinand de Saussure (1857-1913) e o Estruturalismo, até a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Nesse percurso, muitas dicotomias foram estabelecidas: “língua/linguagem”, “língua/fala”, “frase/texto”, “tipologias/gêneros textuais”.

Atualmente, há um consenso entre linguistas acerca do fenômeno a ser estudado e ensinado, isto é, o texto. Os PCNs já discorrem e direcionam o trabalho do educador a partir da centralização nos textos e seus respectivos gêneros textuais. Considera-se, ainda, a linguagem

como um fenômeno social e uma prática discursiva, capaz de transformar e ser transformada pelo meio e seus usos, a partir de textos orais e/ou escritos. Dito isso, os PCNs (1998) afirmam:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (Brasil, 1998)

Mesmo assim, apesar do comando trazido pelos currículos, observa-se muitas aulas tradicionais e centradas no ensino de uma gramática descontextualizada. É sabido que a análise de frases isoladas não garante o desenvolvimento de habilidades tão necessárias para a vida em sociedade, como a leitura, a produção escrita e a capacidade interpretativa.

Dessa maneira, é válido definir o conceito de texto e sua importância na execução dos diferentes papéis sociais. Para Marcuschi (2008):

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma unidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Como Bakhtin dizia da linguagem que ela '*refrata*' o mundo e não reflete, também podemos afirmar do texto que ele *refrata o mundo* na medida em que o reordena e reconstrói. [...] (Marcuschi, 2008, p. 72).

Os dizeres do linguista foram pertinentes ao descrever o texto como um conjunto de múltiplos significados e de potencial social e histórico por essência, pois ressalta o valor das interações e do contexto para a construção e interpretação textual, para o estabelecimento da verossimilhança do que é produzido e a própria realidade daquele que se expressa.

Para fins do artigo, os chamados texto e contexto serão denotados nos parâmetros da Linguística Sistemico-Funcional, desenvolvida entre as décadas de 50/60 com Michael Alexander Kirkwood Halliday. De antemão, para entender seus preceitos basilares, é preciso destacar sua visão de linguagem como um sistema sociosemiótico, em que a relação emissor-receptor ocorre em diferentes situações sociocomunicativas.

Assim, para Halliday (1985; 1994), a língua é formada por dois elementos essenciais, a forma e a função. Sabe-se que a abordagem da Língua Portuguesa em sala de aula parte do trabalho com o texto e os gêneros textuais e suas respectivas tipologias, ou seja, foca-se na estrutura do escrito e sua funcionalidade social. Sobre isso, a BNCC (Brasil, 2018) prevê que:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (Brasil, 2008, p. 67)

Além disso, pode-se afirmar que o sistema linguístico torna a linguagem um “potencial de significados”, pois é possível expressar ideias, sentimentos e informações mediante variadas escolhas de ordem contextual, como ratificam Halliday e Matthiessen (2014 p. 22). Consequentemente, é funcional por permitir a realização de diferentes funções, seja a de referenciar o mundo, de persuadir o interlocutor ou de causar sensações.

Nessa linha, o texto é igualmente visto com uma prática social, determinada por um dado contexto situacional e baseado em uma rede de interlocutores, concretizando-se finalmente no formato de um gênero. Assim, na criação de sentidos, há influência do meio nos processos de produção e circulação:

Nós podemos definir texto, talvez da forma mais simples, dizendo que ele é a língua que é funcional. Por funcional, queremos dizer simplesmente que a língua está sendo usada em algum contexto, em oposição a palavras ou sentenças isoladas que poderiam ser colocadas em um quadro (...). Assim, qualquer instância de língua viva inserida em um contexto de situação, podemos denominar texto. Ele pode ser escrito ou falado, ou de fato em qualquer outro meio de expressão que nos leva a refletir (Halliday; Hasan, 1989, p. 10).

Portanto, o texto não apenas cria significados, mas também contribui para a expressividade de nossas ideologias, crenças e pensamentos, fornece a possibilidade de agir no coletivo, transformando-o a partir de uma posição crítica.

1.2 Texto dissertativo-argumentativo

Após observar o caráter sistêmico e funcional da linguagem para a LSF, vê-se como esta destaca a tipificação do código em situações específicas, as quais criam uma forma contextualmente constrangida de registro. Há um campo situacional, uma relação entre interlocutores e um modo de expressar/passar uma mensagem para cada forma de comunicação, bem como um contexto cultural que contribui com a interpretação do que é passado. O texto é, então, qualquer unidade de significado que faça sentido para alguém.

Arelado ao dizer, há formas de expressão contextualmente determinadas em tipos e gêneros textuais distintos, que podem, em certas situações, se fundir, gerando um hibridismo de gêneros. Podemos optar por narrar um acontecimento, expor conceitos, descrever um passo a passo ainda argumentar sobre um determinado tópico. Diferentes gêneros podem fazer uso de uma mesma tipologia textual ou até mesmo fazer uma articulação entre duas ou mais tipologias. Como visto na BNCC (Brasil, 2018), o ensino de línguas é feito pelo texto e, especificamente, a partir de gêneros textuais como uma forma de participação social. Sobre isso, Gouveia (2013 apud Serra, 2017), trata a relação entre o gênero e saber como:

A pedagogia da literacia baseada no género permite aos professores utilizar para leitura os seus materiais de ensino habituais, de modo a que os alunos sejam capazes de mobilizar estas leituras na produção de textos escritos de qualidade em todas as áreas do currículo, desenvolvendo a literacia e acelerando, deste modo, a sua aprendizagem (Gouveia, 2013 apud Serra, 2017, p.15).

Desse modo, o aprendizado por meio de gêneros pode favorecer o desenvolvimento dos quatro eixos do ensino de Língua Portuguesa (leitura, produção textual, oralidade e análise linguística-semiótica), na medida em que o estudante lida com práticas sociais vivas e contextualizadas. Os traços formais estabelecidos pelos gêneros, por meio das tipologias, criam espécies textuais diretamente relacionadas aos propósitos interativos. Por trás do discurso oralizado ou escrito, há intenções, papéis e contextos.

Sabe-se que a escola possui contato direto com o mundo do trabalho e com a vida social. Assim, grande parte dos escritos produzidos no contexto escolar detém a finalidade de preparar o educando para a realização de exames externos, como os vestibulares, que irão garantir uma vaga em um curso superior e, possivelmente, um espaço no mercado de trabalho. Nessa tríplice relação, o foco é desenvolver a capacidade dissertativo-argumentativa, tendo em vista que um dos pilares da educação é o do estabelecimento do senso crítico. Cabe ao aluno, ao final da Educação Básica, deter o saber interpretativo e a capacidade de escrever sobre temáticas oriundas do seu próprio meio. Por outro lado, segundo Serra (2017, p. 14), não é isso que se observa, uma vez que:

Os textos mais presentes em provas de vestibulares, bem como os exigidos em redações são os textos argumentativos; por isso são os mais trabalhados nos anos finais do Ensino Básico. No entanto, tem-se visto que muitos alunos não têm conseguido compreender as estruturas que envolvem esse tipo de texto, desconhecendo as partes que o compõem e, dessa forma, não sendo capazes de (re)produzi-lo, por mais que ele seja estudado no 9º ano e nas três séries do Ensino Médio. Ao tentarem reproduzir o texto chamado 'dissertativo argumentativo', entrelaçam-no com outros tipos de texto, como o narrativo, inadequadamente, de forma que o desconfigurem como tal. Ao se pedir um texto trazido de casa sobre determinado assunto, alguns fazem uso de cópias, alegando "ser muito difícil" desenvolver as argumentações nas configurações desse tipo de texto.

Acredita-se que as dificuldades encontradas nas criações de textos do tipo dissertativo-argumentativo são o reflexo de um ensino meramente formal que despreza o amadurecimento da criticidade no estudante. Um docente de linguagens sabe que o seu dever é trabalhar por meio de textos, porém, muitas vezes, o utiliza como pretexto para o ensino de regras gramaticais, talvez por considerar desnecessário uma metodologia contextualizada ou por ter uma formação centrada na normatividade. Logo, ausenta-se do seu ofício exigido pelos PCNs:

Formar escritores competentes, supõe, portanto, uma prática continuada de produção de textos na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez, têm suas formas características que precisam ser aprendidas (Brasil, 1998, p. 49).

Com base no *corpus* do presente artigo, tem-se a descrição de textos do tipo dissertativo-argumentativo, especialmente, a redação do ENEM, que, em todas as edições do Exame Nacional do Ensino Médio, apresenta um número mínimo de textos nota 1000, contrariamente ao esperado, tendo como base que a avaliação é ofertada a todas as unidades da federação. Com os dados expostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vê-se um extenso número de notas 0, que refletem os entraves na escrita decorrentes da Educação Básica.

Isso porque, apesar dos critérios avaliativos, o formato da prova escrita é semelhante ao gênero redação escolar. Mesmo com a situação sociodiscursiva do exame, a finalidade de ambos os textos é a de analisar o desempenho no processo de escrita de um material de natureza argumentativa. Espera-se do candidato, dessa forma, a defesa de sua visão acerca de temas de cunho científico, cultural ou político, a fim de convencer a banca examinadora de que seu posicionamento é válido, coeso e coerente. Consoante Oliveira (2016):

Na redação do ENEM, exige-se que se respeitem certos aspectos estruturais caracterizados na estrutura composicional, a articulação de ideias e a organização da argumentação. A participação de atores sociais é representada por quem produz o texto e também por quem avalia o texto. Como as instituições de ensino orientam de alguma forma os alunos a reproduzirem a estrutura da redação do ENEM, podemos afirmar que a reprodução dos textos analisados que tiraram nota 1.000 é, ao mesmo tempo, produção de estruturas de novo, bem como exemplo de estruturas disponíveis como um meio para a ação. Isto é, elas se constituem em modelos disponíveis para a futura memória, a interpretação e o uso (Oliveira, 2016, p. 107).

Cabe ao vestibulando, acima de tudo, interpretar a proposta temática, realizar a delimitação dos tópicos a serem discutidos e expor sua tese ou ponto de vista. Durante as 5h30min disponibilizadas para a realização do exame, além de responder a noventa questões, o candidato deverá articular suas ideias em um texto de até trinta linhas, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, o que requer preparo prévio e amplo conhecimento de mundo.

De acordo com a Cartilha do Estudante, a produção deverá atingir basicamente o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo formal da língua. A partir do tema e da tese selecionada, argumentos serão validados e seguidos de uma proposta de intervenção viável para a resolução do problema.

Para todo texto produzido, há um contexto de circulação. Diferentemente da redação escolar em que só há um avaliador, isto é, o próprio professor da disciplina, na redação do ENEM há uma banca examinadora, normalmente composta por dois avaliadores. Como posto por Oliveira (2016):

No contexto de circulação, a redação do ENEM, após ser redigida pelo candidato, passa para as etapas de correção pela equipe avaliadora do exame. Sua circulação é interna para preservar a identidade do candidato, mas segue um processo em que o texto é avaliado por mais de um corretor/avaliador. Essas etapas de correção regem-se pela discrepância de notas atribuídas pelos corretores, podendo a redação ser avaliada pela terceira e/ou quarta banca para chegar à nota definitiva. Após a

correção, algumas dessas redações, geralmente que obtiveram pontuação máxima, são divulgadas pela mídia eletrônica através de sites com o objetivo de demonstrá-las como o padrão de texto exigido pelo exame (Oliveira, 2016, p. 109-110).

No quadro abaixo, retirado da Cartilha do Participante disponibilizada pelo INEP, são apresentadas as cinco competências cobradas no momento da correção das redações.

Figura 1. Cinco competências solicitadas nas redações do Enem

COMO A REDAÇÃO SERÁ AVALIADA?

Os dois professores avaliarão seu desempenho de acordo com os critérios do quadro a seguir:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Imagem retirada da Cartilha do Participante – Portal do INEP

Logo, vê-se que para garantir a defesa do posicionamento e persuadir a banca, são necessários não apenas conhecimentos linguísticos, mas também extralinguísticos, capazes de confirmar a compreensão da proposta, de relacionar as ideias e de elaborar uma intervenção lógica para o flagelo de domínio social, garantindo, assim, a nota máxima: 1000.

2 Metafunções da linguagem

Halliday, em sua obra *An introduction to Functional Grammar* (2004), traz uma introdução aos elementos constituintes da Gramática Funcional. Após a explanação dos tópicos basilares da LSF, isto é, *sistema e função*, o autor explana como a linguagem é capaz de fornecer ao falante uma vasta rede de escolhas léxico-gramaticais, as quais podem e são utilizadas em distintos contextos pelos participantes de situações sociodiscursivas.

Nesse percurso, o sistema oferece ao emissor a possibilidade de agir, transformar ou persuadir o outro a quem este destina a mensagem, pois há diferentes formas de expressar o seu dizer para atingir determinados objetivos. Para o linguista, os significados são extraídos de uma

LINHA D'ÁGUA

estrutura gramatical composta por um núcleo verbal, isto é, a oração, estabelecendo um diálogo entre o Sistema de Transitividade e as Metafunções da linguagem, especificamente a chamada Ideacional, que é a base para a construção deste artigo. Além dessa, há outras duas, a Interpessoal e a Textual, que serão brevemente discutidas.

A metafunção ideacional é a responsável por codificar vivências, percepções de mundo e sentimentos a partir de estruturas léxico-gramaticais, capazes de representar a experiência e elaborar significados oriundos dela. Tal realização ocorre pelo Sistema de Transitividade, formado por processos (eixos verbais), participantes (animados ou inanimados) e circunstâncias. Tais elementos serão mais amplamente explanados no tópico seguinte.

A metafunção interpessoal é a expressão dos significados decorrentes das relações estabelecidas entre indivíduos, mediante seus papéis e objetivos sociais. Em situações comunicativas, são criados acordos e rede de trocas, ora o falante exerce a função de emissor, ora de receptor. Nesse caso, Halliday (2004) descreve dois subsistemas: o Modo (formado pelo sujeito) e o Finito (acontecimento).

A metafunção textual ressalta a necessidade de uma construção lógica na expressão das experiências e na execução dos papéis dentro do discurso. Refere-se ao conhecimento cognitivo dos processos de articulação/coesão que associa os tópicos frasais na materialização textual. Há duas subdivisões, Tema (assunto tratado) e Rema (parte do escrito que desenvolve a temática). De acordo com Neves:

Na LSF, enquanto a organização da semântica frasal é realizada pelo sistema da transitividade, caracterizada fundamentalmente pela seleção de processos e de seus participantes, a organização semântica do texto diz respeito às relações coesivas que tecem o encadeamento textual (Neves, 2004, p. 71 apud Valério, 2012, p. 24).

Para os objetivos do trabalho, serão descritos os processos, participantes e circunstâncias vistas na perspectiva frasal, a fim de verificar a ocorrência da metafunção ideacional e os diálogos estabelecidos entre o Sistema de Transitividade e as nominalizações.

3. Sistema de Transitividade Verbal e nominalizações

É nas interações sociodiscursivas que o ser humano expressa seus sentimentos, desejos e executa ações para a concretização de suas ideias. Este indivíduo, enquanto participante ativo ou passivo dos eventos ocorridos em seu entorno, guarda experiências internas e externas que são concretizadas pela linguagem. A linguagem, então, serve para a realização de diferentes funções, como posto por Halliday (2004). Entre elas, tem-se a Ideacional, responsável por extrair significados de tais vivências. Essa e as demais metafunções estudadas pelo autor foram discutidas no tópico anterior.

Nessa representação das experiências de mundo, para o linguista, a oração dentro do Sistema de Transitividade é a estrutura que especifica quais os elementos integrantes das trocas

comunicativas, isto é, aquele que participa de uma dada atividade dentro de circunstâncias características. Na perspectiva dessa organização frasal, haverá participantes, processos (eixos verbais) e circunstâncias (advérbios ou locuções adverbiais) que assumem função nominal.

Dependendo do significado produzido, teremos classificações distintas das ações realizadas, bem como dos integrantes motivadores. Os processos constituem o núcleo da frase verbal e são refletidos pelos grupos verbais, podendo ser considerados centrais/primários (materiais, mentais e relacionais) ou secundários (verbais, comportamentais e existenciais). Já os participantes, podem ser seres animados ou inanimados, que realizam ou sofrem ações e são compostos de grupos nominais. No que se refere às circunstanciais, como estas são formadas por advérbios ou locuções adverbiais, elas indicarão o lugar, o modo, o tempo, a causa dos eventos ocorridos etc.

Dito isso, os processos materiais refletem a experiência externa, do mundo real e se subdividem em criativos (elaboram algo) ou transformativos (transformam o estado de algo). Os participantes, nesse caso, serão tidos como: ator (realiza a ação), meta (sofre a ação), escopo (não é atingido pela ação), beneficiário (recebe um benefício resultante da ação), atributo (característica resultante do processo). Verbos como agir, fazer ou acontecer são utilizados.

Os mentais são oriundos da rede mental ou da cognição do participante, o qual representa suas emoções, conhecimentos ou desejos. Nesse sentido, o atuante será chamado de experienciador e estará ligado a um fenômeno (aquilo que foi percebido). O outro componente dos processos primários é o relacional, que reflete a interação entre dois interlocutores. Tais relações são chamadas de atributivas (classificadoras) – há um portador e um atributo – ou identificadoras (definidoras) – identificado/característica e identificador/valor. Verbos como ser, ficar, parecer serão empregados.

No que diz respeito aos processos secundários, os verbais apresentam o “dizer”, o “falar”, criam diálogos entre participantes. Tais participantes serão nomeados como dizente (aquele que emite uma mensagem), a verbiagem (o que é falado/o conteúdo), o alvo (que se afeta pela mensagem) e o receptor (ou destinatário). Os comportamentais expressam comportamentos ligados ao psicológico ou a realizações físicas. Nesse contexto, há o comportante (atuante) e o comportamento. Ainda, há os processos existenciais, ligados ao existir ou acontecer, com os verbos elementares “haver”, “existir”, “ocorrer” e seus sinônimos. O participante é o existente, sendo material ou um fenômeno.

Na explanação de tais processos, incluindo os primários e secundários, conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 216, apud Miranda, 2021, p.62) expõem, vê-se:

[...] que não há prioridade entre os tipos de processos, embora sejam ordenados. Concomitantemente, é de suma importância que sua representação visual seja em forma circular, em vez de linear, por exemplo. Os autores ainda acrescentam que, para ser mais precisa, a representação deveria se aproximar de uma esfera, havendo continuidade ao longo do loop [...] (Miranda, 2021, p. 62).

É válido ressaltar, ainda, que um mesmo núcleo verbal pode pertencer a mais de uma categoria, como por exemplo, os comportamentais que podem refletir elementos materiais

[...] ou seja, para a identificação das categorias, é necessário levar em consideração tanto o contexto quanto as relações semânticas, pois, como visto nos exemplos, um mesmo grupo verbal pode realizar mais de um tipo de processo em função de suas combinações léxico-gramaticais [...] (Fuzer; Cabral, 2014, p. 43 apud Miranda, 2021, p. 63).

Entende-se, portanto, que apesar do estudo do Sistema de Transitividade ocorrer com base na oração e nos elementos morfossintáticos, estes fazem interface com o contexto situacional e com o uso de nominalizações, já que mesmo com a existência de certos padrões interacionais, na troca comunicativa, podem existir reações inesperadas ou experiências conflitantes que alteram o fluxo da relação entre os participantes ou modificam as circunstâncias.

4 A importância da função ideacional na defesa do posicionamento na sociedade

Um conceito muito pertinente dentro da Linguística é o da chamada “metáfora gramatical”, em que há a troca de processos verbais por nomes, com o objetivo de transformar ideias mais concretas em abstratas, de tornar o discurso mais objetivo e impessoal (Halliday, 1994). Para Sardinha (2007, p. 48), tem-se dois tipos de metáfora gramatical, a interpessoal e a ideacional, mas para atender aos objetivos do artigo, será explanada a segunda.

A metáfora gramatical ideacional explora as categorias primárias e secundárias dos vocábulos, como a transformação de verbos em substantivos, isto é, a elaboração de nominalizações. Nesse universo, Sardinha (2007) ratifica que há uma ligação entre os estratos léxico-gramatical e da semântica do discurso.

Tendo em vista a sua funcionalidade do dizer, o da impessoalidade, a metáfora gramatical transfigura-se como uma ótima alternativa para produções de textos dissertativo-argumentativos, como o gênero redação.

À vista disso, o ensino da escrita tem sido um grande desafio para muitos profissionais, pois estes veem a língua, muitas vezes, apenas do ponto de vista da norma e da prescrição do código, rejeitando o conhecimento proveniente do aluno e sua relação anterior com a escrita. Não há, na maioria dos casos, o desenvolvimento da noção de autoria, do entendimento dos processos de produção, circulação e recepção. De acordo com Franchi (1998):

De um lado, os alunos são submetidos a contínuos trabalhos com notas, questionários que chegam a lhes causar tensões e ansiedades; de outro lado, recebem da escola um mundo de conteúdos insólitos que não têm nem significação nem utilidade imediata para eles (Franchi, 1998, p. 14).

É preciso, ainda, refletir com o aluno sobre a sua importância na produção escrita, no seu papel de autor e dos possíveis impactos de suas palavras para os leitores em questão. Reconhece-se que a escola cobra resultados, principalmente nos vestibulares, mas que existe uma função social até mesmo na redação que é prevista no ENEM e no Sistema Seriado de Avaliação (SSA/UPE), por exemplo.

Ao produzir uma proposta de intervenção para a temática “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, o discente poderia dizer que “a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema” (trecho extraído da redação de W. C.) em que ao falar da “venda de dados”, ele tira o sujeito responsável por essa venda.

Seguindo essa linha, é concebível garantir o que é proposto pela BNCC (Brasil, 2018, p. 68) para o ensino do Português, haja vista que “Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica”. Ou seja, com o desenvolvimento da escrita e de estratégias como a Métafora Gramatical Ideacional, seria possível defender verdadeiramente posicionamentos no corpo social, não apenas pela persuasão ou convencimento, mas antes de tudo pela capacidade de criar significados distintos dentro da própria língua.

5 Percurso metodológico

Para a realização do artigo proposto, foi realizado um estudo sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), buscando verificar a presença de nominalizações no processo argumentativo. O *corpus* investigado foi composto de quatro redações nota 1000, oriundas de distintas localizações do país e extraídas de sites da internet, como a Cartilha do Participante, presente no portal do INEP.

No primeiro momento, observou-se o campo alvo e traçou-se um perfil dos processos verbais encontrados em cada período frasal, dividido em quatro partes gerais, a saber introdução, desenvolvimentos 1 e 2 e conclusão, composta de proposta de intervenção. Os textos são do ano de 2021. No segundo momento, fez-se a associação entre os tipos de processo realizados e as nominalizações estabelecidas, ora tidas como deverbais, ora denominadas como sistêmicas ou mortas.

Ao final da pesquisa, foi possível caracterizar as nominalizações mais recorrentes e o seu papel na construção da argumentação necessária aos textos do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de uma fundamentação teórica sistêmico-funcional.

6 Análise e discussão dos dados

Com base no objetivo geral deste artigo, o de identificar, descrever e analisar o papel da Metáfora Gramatical Ideacional na expressividade de experiências vividas por participantes em determinadas circunstâncias, serão analisadas quatro redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), publicadas pela Cartilha Oficial. Os textos recolhidos são de quatro candidatas, oriundas de distintos estados do país. Tais materiais seguiram a temática do ano de 2021, a saber: **“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”**. As produções serão denominadas A, B, C e D e observadas a partir da relação entre as nominalizações e o Sistema de Transitividade, tópicos descritos na fundamentação teórica (Quadro 1).

Quadro 1. Redação A – F. K. Q. N. (PE)¹

Introdução
Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria.
Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a <u>desumanização</u> do indivíduo.
Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não <u>garantia</u> de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil.
A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de <u>identificação</u> oficial da população.
Desenvolvimento
Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de <u>pertencimento</u> como cidadão brasileiro.
Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a <u>coexistência</u> dos direitos sociais, políticos e civis.
Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não <u>efetivação</u> do direito devido à <u>falta</u> do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade.
Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem <u>reconhecimento</u> pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.
Além disso, a <u>falta</u> do <u>sentimento</u> de cidadania na população não registrada reflete, também, na <u>manutenção</u> de uma sociedade historicamente excludente.
Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lília Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a <u>formação</u> de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”.
Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas <u>discriminações</u> até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua <u>identificação</u> oficial.

¹ Candidata F. K. Q. N. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Proposta de Intervenção
Portanto, ao entender que a <u>falta</u> de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema.
Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil.
Tal ação deverá ocorrer por meio da <u>implantação</u> de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a <u>importância</u> do registro oficial para garantia da cidadania, além de <u>instruções</u> para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação.
Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a <u>garantia</u> e o <u>reconhecimento</u> do seu nome e identidade.

Fonte: site do ENEM.

A redação foi desenvolvida pela vestibulanda em quatro parágrafos, seguindo as três partes integrantes do texto dissertativo-argumentativo: introdução, desenvolvimento (D1 e D2) e conclusão. Na introdução, nos quatro períodos realizados, foram encontradas três palavras com nominalizações deverbais (desumanização < desumanizar; garantia < garantir; identificação < identificar). Pôde-se observar, no diálogo entre o Sistema de Transitividade e as nominalizações, a ocorrência de dois processos materiais (desumanizar, garantir), bem como de um processo relacional (identificar). Ainda, que para o uso de formas nominalizadas, é necessário alterar elementos gramaticais, como visto no desempacotamento do trecho:

- a. (...) a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil.
- b. (...) A invisibilidade da falta do registro civil serve para não garantir a cidadania.

A realização de (a) implicou, além da mudança de classe gramatical (verbo > substantivo), o acréscimo do artigo definido ‘a’ – determinante do nome – e a inclusão da preposição ‘de’ para o acréscimo de um sintagma nominal de complementação sintática/semântica do termo nominalizado. A ‘invisibilidade’ que seria o ator da sentença, tornou-se um agente da passiva. Tal transformação serviu para destacar a falta de cidadania de muitos indivíduos, mesmo que a estrutura frasal tenha descentralizado o motivo causador (*a invisibilidade*).

No desenvolvimento, unindo o D1 e o D2, foram identificadas nove nominalizações deverbais (algumas repetidas). Com diferentes processos, desde o material ao existencial, notou-se tais mudanças: pertencimento > pertencer; coexistência > coexistir; efetivação > efetivar; falta > faltar; reconhecimento > reconhecer; sentimento > sentir; manutenção > manter; formação > formar-se; discriminações > discriminar.

Na conclusão, ao propor uma proposta de intervenção, a autora fez o emprego de cinco nominalizações, a saber: implantação > implantar; importância > importar-se; instruções > instruir; e repetiu ‘garantia’ e ‘reconhecimento’. Desses, apenas ‘importância’ é uma

nominalização sistêmica ou morta, tendo em vista que sua referência habitual é ao termo 'importante', um adjetivo.

Além de possibilitar o discurso mais abstrato, observou-se a contribuição das nominalizações na construção da coesão textual. Por meio da repetição simples de 'garantia' e 'reconhecimento', no último parágrafo, foi possível reforçar a tese defendida pela autora, de que é necessário garantir a cidadania do indivíduo a partir do reconhecimento de sua identidade (Quadro 2).

Quadro 2. Redação B – I. F. (RJ)²

Introdução
O conceito "Cidadanias Mutiladas", do geógrafo brasileiro Milton Santos, explicita que a <u>democracia</u> só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social.
A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea brasileira se distancia desse ideal democrático, uma vez que inúmeros indivíduos ainda permanecem em uma situação de invisibilidade acarretada pela <u>ausência</u> do registro civil - o qual atua como uma ferramenta de <u>garantia</u> de acesso à cidadania no país.
Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto hostil: o descaso governamental e a <u>falha</u> educacional.
Desenvolvimento
Sob esse viés analítico, é importante destacar, a princípio, que a <u>inoperância</u> é um fator preponderante para a <u>ocorrência</u> dessa problemática.
Esse cenário decorre do fato de que, assim como pontuou o economista norte-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar um retorno imediato de capital político, negligencia a <u>conservação</u> de direitos sociais indispensáveis, como a <u>garantia</u> de registro civil.
Em <u>decorrência</u> dessa indiligência do poder público, cria-se um ambiente propício para a <u>precarização</u> infraestrutural de locais especializados no aporte de documentação pessoal - materializada na carência de cartórios, sobretudo, em regiões mais afastadas dos centros urbanos.
Logo, é notório que a <u>omissão</u> do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.
Além disso, é válido ressaltar que a lacuna no sistema de <u>educação</u> potencializa essa conjuntura.
Isso acontece porque, desde o século XX, com a <u>implementação</u> de um formato tradicionalista de ensino pelo ex-presidente Vargas, cristalizou-se um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, a exemplo de concepções básicas da cidadania.
Nessa perspectiva, com o <u>desconhecimento</u> de parte da população - oriundo da escassez instrutiva - sobre a relevância da <u>garantia</u> de direitos, há uma <u>invisibilização</u> da situação sofrida pelas pessoas que não possuem documentos basilares, como a certidão de nascimento.
Como consequência disso, mantém-se o quadro de <u>ausência</u> de ações sociais efetivas no que tange à reversão desse contexto, fragilizando, com isso, a isonomia presente nas relações democráticas.
Dessa forma, é imprescindível combater a <u>falha</u> do processo educacional, visto que marginaliza uma classe da sociedade.

² Candidata I. F. (21 anos) – Publicado no site do ENEM

Proposta de Intervenção
É evidente, portanto, a necessidade de medidas que solucionem os desafios impostos à <u>garantia</u> de acesso à cidadania no Brasil.
Por isso, o Ministério Público - órgão responsável pela <u>defesa</u> dos interesses sociais - deve, por meio da <u>fiscalização</u> da <u>aplicação</u> dos poderes estatais, pressionar o Estado no que se refere ao aporte de infraestrutura ao setor que oferta o registro civil, a fim de que a <u>retirada</u> desse documento seja ampliada para as diversas regiões do país.
Ademais, as instituições escolares públicas e privadas devem, por intermédio de palestras, instruir os alunos acerca da <u>importância</u> da documentação pessoal, com o objetivo de minimizar a <u>invisibilização</u> desse tema, e, com isso, estimular atitudes combativas à conjuntura de indivíduos sem registro.
Assim, o ideal do geógrafo Milton Santos será, de fato, uma realidade no país.

Fonte: site do ENEM

Na redação B, reconheceu-se ao todo vinte e três nominalizações, todas formadas mediante processos materiais, que serão apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: Nominalizações por meio de processos materiais

Nomes	Verbos (processos materiais)
Democracia	Democratizar
Ausência (2x)	Ausentar-se
Garantia (3x)	Garantir
Falha (2x)	Falhar
Inoperância	Inoperar
Ocorrência	Ocorrer
Conservação	Conservar
Decorrencia	Decorrer
Precarização	Precarizar
Omissão	Omitir
Educação	Educar
Implementação	Implementar
Desconhecimento	Desconhecer
Invisibilização	Invisibilizar
Defesa	Defender
Fiscalização	Fiscalizar
Aplicação	Aplicar
Retirada	Retirar
Importância	Importar-se

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dessas, três podem ser agrupadas como sistêmicas ou mortas (Halliday, 2004), pois não há uma relação instantânea entre o vocábulo e o eixo verbal, são elas: *inoperância*, *invisibilização* e *importância*, que remetem aos seguintes adjetivos, respectivamente: inoperante, invisível e importante.

No processo de desempacotamento de um trecho do D1, tem-se:

a. Logo, é notório que a omissão do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.

b. O Estado se omite na oferta do acesso à cidadania.

Nesse caso, vê-se que a vestibulanda opta por focalizar na ação, visto que é apresentada de forma metaforizada, enquanto substantivo, a fim de descentralizar o ator (*Estado*). O termo “do estado”, a partir do ponto de vista sintático, funciona como adjunto adnominal, servindo apenas para especificar o núcleo do sujeito, o qual é o agente da não garantia do registro civil, ratificando-se, assim, a estratégia da impessoalidade do dizer pela nominalização, defendida por Halliday (2004).

Quadro 4. Redação C – M. M. (PB)³

Introdução
No célebre texto “As Cidantias Mutiladas”, o geógrafo brasileiro Milton Santos afirma que a <u>democracia</u> só é efetiva à medida que atinge a totalidade do corpo social, isto é, quando os direitos são desfrutados por todos os cidadãos.
Todavia, no contexto hodierno, a invisibilidade intrínseca à falta de documentação pessoal distancia os brasileiros dos direitos constitucionalmente garantidos.
Nesse cenário, a <u>garantia</u> de acesso à cidadania no Brasil tem como estorvos a <u>burocratização</u> do processo de <u>retirada</u> do registro civil, bem como a indiferença da sociedade diante dessa problemática.
Desenvolvimento
Nessa perspectiva, é importante analisar que as dificuldades relativas à retirada de documentos pessoais comprometem o acesso à cidadania no Brasil.
Nesse sentido, ainda que a gratuidade do registro de nascimento seja assegurada pela lei de número 9.534 da Carta Magna, os problemas associados à documentação civil ultrapassam a esfera financeira, haja vista que a demanda por registros civis é incompatível com a disponibilidade de vagas ofertadas pelos órgãos responsáveis, o que torna o processo lento e burocrático.
Sob tal óptica, a realidade brasileira pode ser sintetizada pelo pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual afirma que a “violência simbólica” se expressa quando uma determinada parcela da população não usufrui dos mesmos direitos, fato semelhante à falta de acesso à cidadania relacionada aos imbróglis da <u>retirada</u> de documentos de <u>identificação</u> no País.
Outrossim, é válido destacar a <u>ausência</u> de <u>engajamento</u> social como fator que corrobora a invisibilidade intrínseca à <u>falta</u> de documentação.
Fica claro, pois, que a indiferença da sociedade diante da <u>importância</u> de assegurar o acesso aos registros civis para todos os indivíduos silencia a temática na conjuntura social, o que compromete a cidadania de muitos brasileiros, haja vista que a posse de documentos pessoais se faz obrigatória para acessar os benefícios sociais oferecidos pelo Estado.
Sob esse viés, é lícito referenciar o pensamento do professor israelense Yuval Harari, o qual, na obra “21 Lições para o Século XXI”, afirma que grande parte dos indivíduos não é capaz de perceber os reais problemas do mundo, o que favorece a <u>adoção</u> de uma postura passiva e apática.
Proposta de Intervenção
Torna-se imperativo, portanto, que cabe ao Ministério da Cidadania, como importante autoridade na <u>garantia</u> dos direitos dos cidadãos brasileiros, facilitar o processo de <u>retirada</u> de documentos pessoais no Brasil.
Tal medida deve ser realizada a partir do aumento de vagas ofertadas diariamente nos principais centros responsáveis pelos registros civis, além do <u>estabelecimento</u> de um maior número de funcionários, a fim de tornar o <u>procedimento</u> mais dinâmico e acessível, bem como garantir o acesso à cidadania aos brasileiros.
Ademais, fica a cargo do Ministério das Comunicações estimular o <u>engajamento</u> social por meio de propagandas televisivas e nas redes sociais, com o fito de dar visibilidade à temática e assim assegurar os direitos cidadãos.

Fonte: site do ENEM

³ Candidata M. M. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Na redação C (quadro 4), foram encontradas dezesseis transformações de processos em nomes, com alguns repetidos por repetição simples, à guisa de organização (quadro 5):

Quadro 5. Nominalizações por meio de processos

Nomes	Verbos (processos)
Democracia	Democratizar
Garantia (2x)	Garantir
Burocratização	Burocratizar
Retirada (3x)	Retirar
Identificação	Identificar
Ausência	Ausentar-se
Engajamento	Engajar
Falta	Faltar
Importância	Importar-se
Adoção	Adotar
Estabelecimento	Estabelecer
Procedimento	Proceder

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Ao analisar tais usos nominalizados, é válido destacar que alguns dos termos, no processo de substantivação, tiveram apenas a retirada da desinência de infinitivo 'r', como nos casos 'garantia' e 'falta'. Além disso, a palavra 'retirada' pôde ser enquadrada como substantivo devido ao emprego da contração 'da' (preposição 'de' mais artigo definido 'a'), podendo ser reconhecida como verbo no particípio em outras construções sintáticas.

No desempacotamento do tópico frasal (primeiro período) do D2, verifica-se:

Forma metaforizada:

a. *Outrossim, é válido destacar a ausência de engajamento social como fator que corrobora a invisibilidade intrínseca à falta de documentação.*

Uso congruente, comum:

b. *O grupo social se ausenta e não se engaja no processo de visibilização por meio de documentos*

Mais uma vez, nota-se a escolha da autora de utilizar formas nominalizadas com o objetivo de tornar o discurso mais abstrato e impessoal. Ao tratar do *engajamento social*, ela descentraliza as ações que devem ser realizadas pelos indivíduos no meio coletivo.

Quadro 6. Redação D – E. S. (MG)⁴

Introdução
A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de <u>democracia</u> direta do período.
Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a <u>oficialização</u> dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento.
Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da <u>ausência</u> dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.
Desenvolvimento
Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao <u>procedimento</u> de registro civil.
Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o <u>Desenvolvimento</u> , o Brasil é o último país mais desigual do mundo, condição que implica a <u>existência</u> de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas.
A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o <u>deslocamento</u> desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a <u>realização</u> do registro.
Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a <u>promoção</u> da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.
Além disso, é importante relacionar a <u>falta</u> de documentos de nascimento com o <u>sentimento</u> de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a <u>privação</u> dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida.
Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física.
Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial - assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 -, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da <u>existência</u> do registro civil.
Portanto, a <u>ausência</u> da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.
Proposta de Intervenção
Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil.
Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a <u>falta</u> de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da <u>articulação</u> de unidades móveis para os cartórios do país.
No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda "per capita" de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o <u>procedimento</u> formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente.
Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Fonte: site do ENEM.

⁴ Candidata E. S. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Na redação D, a vestibulanda usou dezessete nominalizações, também com a repetição simples de algumas delas. Entre os usos nominalizados, tem-se: democracia > democratizar; oficialização > oficializar; ausência > ausentar-se; procedimento > proceder; desenvolvimento > desenvolver; existência > existir; deslocamento > deslocar; realização > realizar; promoção > promover; falta > faltar; sentimento > sentir; privação > privar; articulação > articular.

No desempacotamento do tópico frasal (primeiro período) do D2, nota-se os seguintes usos metafóricos:

a. *Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática pela problemática discutida.*

Forma congruente:

b. Os indivíduos se sentem invisíveis pela falta de documentos de nascimento e por serem privados dos direitos sociais, civis e políticos.

Apesar de passar a mesma mensagem, é indubitável que construir o discurso como no caso 'a' requer conhecimentos sintáticos, de coesão e coerência, do uso de pontuação e de outras notações, tendo em vista que a vestibulanda construiu um grupo oracional complexo, composto de sintagmas de complementação, precedidos por preposição, bem como o uso de determinantes antes dos substantivos. Assim, corroboramos a ideia proposta por Halliday (2004) no que diz respeito à necessidade de uma formação escrita mais especializada, isto é, na transformação de formas congruentes em metafóricas.

Considerações finais

Com base nos pressupostos teóricos utilizados, pôde-se identificar, qualificar e caracterizar as nominalizações empregadas em quatro distintas redações nota mil. Por seguirem a mesma temática, "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", verificou-se a repetição de alguns dos termos nominalizados, como 'garantia' e 'reconhecimento'.

Notou-se, igualmente, a predominância de determinados sufixos nos vocábulos substantivados, como '-ia', '-ção' e '-mento', bem como de um grande quantitativo de *nominalizações deverbais* em detrimento de *sistêmicas ou mortas*, o que pode ser justificado pela falta de articulação direta entre nominalizações mortas e seus eixos verbais.

A Metáfora Gramatical Ideacional, além de contribuir com a representação de nossas experiências, permite-nos construir textos dissertativo-argumentativos, como o gênero redação, compostos de discursos coesos e coerentes, impessoais e com formatações carregadas de abstração. Desse modo, além de ser empregada em discursos político-ideológicos, como uma estratégia de convencimento, a nominalização possibilita aos vestibulandos a defesa de sua tese e a progressão temática, pela não repetição de verbos no lugar de sua forma substantivada.

Assim, confirmou-se que, na prática de produção textual do ensino médio, cabe ao docente a explanação e a maximização em relação ao uso da Metáfora Gramatical, bem como a ênfase no tocante a sua importância para o estabelecimento de um posicionamento social, já que esta possibilita criar um discurso menos subjetivo e mais imparcial, como se espera em textos argumentativos, ao descentralizar os sujeitos das orações. Além disso, percebeu-se que, por estabelecer uma inter-relação sintático-semântica, a nominalização constitui-se como uma escolha indicadora de autoria presente no texto argumentativo.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.
- FRANCHI, E. P. *E as crianças eram difíceis – a redação na escola*. 1. ed. 10. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GOUVEIA, C. A. M. *Texto e Gramática: uma introdução à Linguística sistêmico-funcional*. Matranga, Rio de Janeiro, v. 16, p. 13-47, 2009.
- GOUVEIA, C. A. M. Projecto Tel4ELE Formação de professores para o desenvolvimento da literacia na Europa. Multilinguismo & Empregabilidade - Próximos desafios: A Europa e o Mundo. Conferência AN Proalv, Universidade de Lisboa & Instituto de Linguística Teórica e Computacional, 3 de Dezembro 2013.
- HALLIDAY, M. A. K., HASAN, R. *Language, context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar* (2ª ed.). London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Revised by Christian M.I.M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K., MATTHIESSEN, C. *Halliday's Introduction to Functional Grammar* (4th ed.). Oxon: Routledge, 2014.
- INEP, 2021. *Cartilha do Participante*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- MIRANDA, M. V. *Transitividade no vocabulário acadêmico em português brasileiro [manuscrito]: uma análise baseada em artigos científicos* / Monique Vieira Miranda. – 2021. 204 f.
- NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, F. C. C. de. *Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM*/ Flávia Cristina Candido de Oliveira. – 2016.
- SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

LINHA D'ÁGUA

SERRA, G. C. M. R. *Análise sistêmico-funcional de gêneros argumentativos*. Orientadora: Edna Cristina Muniz da Silva. Brasília, 2017. 216 p.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme. *A função coesiva das nominalizações em redações escolares na perspectiva sistêmico-funcional*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2012.

ZORZI, J. L. *Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.